



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: Um Caso Muito Especial

KATIA VIEIRA DE QUEIROZ

MARTINS-RN

2016

KATIA VIEIRA DE QUEIROZ

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: Um Caso Muito Especial

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia, na modalidade a distância, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da professora Ms. Maria das Dôres da Silva Timóteo

MARTINS-RN

2016

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: Um Caso Muito Especial

Por

KATIA VIEIRA DE QUEIROZ

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia, na modalidade a distância, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Ms. Maria das Dôres da Silva Timóteo (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profª Ms. Luciene Casado
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profª Drª Márcia Cristina Barragan Moraes Toledo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: Um Caso Muito Especial

Katia Vieira de Queiroz, graduanda curso de pedagogia
EaD, UFRN, E-mail: Kattya_Vieira22@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como foco o cenário atual da educação brasileira e as políticas de inclusão de alunos com deficiência no Brasil. Foram realizadas pesquisas *in loco* na Rede Municipal de Ensino, na Escola Municipal Leis Gomes de Oliveira, município de Serrinha dos Pintos RN. Nessa pesquisa investigamos, também: as diferentes formas de como trabalhar com a inclusão e socialização que nos deu uma base sobre como é a permanência dos alunos especiais nas escolas; sobre as políticas de inclusão escolar e os diferentes caminhos para eliminar o desconforto e as dúvidas relacionadas ao atendimento especial e ao ensino inclusivo. As hipóteses que nortearam as investigações foram realizadas por meio de pesquisas bibliográficas, pesquisas *in loco* através de relatos da equipe técnica escolar, gestores, professores e pais de alunos. Para a construção do *corpus* desta pesquisa fundamentamo-nos, como principais interlocutores, nos seguintes autores: Pires (2006), Mantoan (1997, 2006), Nunes, Braun, Souza (2013), Piaget (1973), Froebel (1912), Vygotsky (1991), Luckesi (1994), Dallabona Mendes (2004), Cury (1998), Carvalho, (2010) e Alves; (2006).

Palavras-chave: Educação brasileira, inclusão escolar, Atendimento especial.

ABSTRACT

This study focuses on the current situation of Brazilian education and the student's inclusion policies with disabilities in Brazil. Researches have been conducted *in loco* on the Municipal Education Network, at Escola Municipal Leis Gomes de Oliveira, in Serrinha dos Pintos-RN city. On this research, we investigated, also: the different ways of working with the inclusion and socialization, that gave us a foundation on how the permanence of special students in schools; about the policies of school inclusion and different ways to eliminate the discomfort and related questions to special care and inclusive education. The hypotheses that guided the investigations were carried out through bibliographical researches, research *in loco* through reports of school technical staff, managers, teachers and parents of students. For the construction the *corpus* of this research, we fundamented, as main interlocutors, the authors: Pires (2006), Mantoan (1997, 2006), Nunes, Braun, Souza (2013), Piaget (1973), Froebel (1912) Vygotsky (1991), Luckesi (1994), Dallabona Mendes (2004) Cury (1998), Carvalho (2010) and Alves; (2006).

Keywords: Brazilian Education, School Inclusion, Special Care.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. O Que é Educação

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra
Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

Carlos Drummond de Andrade, 2016.

Sabe-se que a educação é o ato de transmitir ao outro, conhecimentos que vão se passando de geração a geração, porém não se limita apenas a isso, a educação vai além do que se imagina. No Brasil, a educação tem como diretrizes e bases incorporadas e ampliadas no âmbito social e cultural, já em outros países se modifica de acordo com diversos fatores sejam eles sociais, culturais ou religiosos, mas, em todo o mundo, ela é vista como um ato de promoção humana impulsionando e organizando, todo o processo de aprendizagem do homem, em toda sua forma de conhecimento. De acordo com a legislação brasileira cabe ao poder público. “[...] assegurar a todos o direito à educação escolar, em igualdade de condições de acesso e permanência pela oferta de ensino gratuito em todos os níveis, além de outras prestações suplementares, quando e onde necessário”. (PIRES, 2006, p.03 *Apud* BRASIL, 1990).

A legislação Educacional no Brasil tem como princípios assegurar de forma igualitária a todos o direito à educação e este tipo de modelo visa uma educação como uma cultura de padrões universal independente de cor, raça, sexo, religião ou estado físico e mental, abrangendo assim todos os processos de convivência humana.

[...] Desse modo, as diretrizes que regem a educação brasileira incorporam uma perspectiva ampliada na formação social e cultural, ao se preocupar com o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, intelectuais, morais, éticas e estéticas dos seres humanos, de

modo a permitir viver dignamente, em todos os sentidos, de sua existência. (PIRES, 2016, P.3).

Nesse caso, pode-se dizer que a legislação educacional brasileira expressa um sentimento de humanização e universalização o que nos faz entender que a educação vai além de uma simples visão pautada em teorias, métodos e técnicas definindo que, “[...] a educação, direito fundamental dos cidadãos, é dever do estado e da família com a colaboração da sociedade” (PIRES, 2006, p.03 *Apud* BRASIL, 1990).

Mas, na prática será que este tipo de educação ocorre realmente? O brasileiro conhece e participa de todos os processos educacionais que estão descritos na legislação? Porque ainda são tão difíceis e limitados os recursos utilizados na educação, principalmente, quando se trata de educação inclusiva? Todos estes questionamentos nos fazem observar que apesar das grandes reformas que a educação brasileira passou durante todos esses anos ela, ainda, continua sendo limitada em, praticamente, todos os setores educacionais, isto acontece porque o poder público, ainda, apresenta uma educação de interesses e, apesar, de estar previsto em lei sobre todos os direitos e deveres do cidadão o que se evidencia são políticas educativas que vêm se diluindo e se distanciando cada vez mais entre o que é teoria e o que é prática, assim, percebemos que todo o processo educacional sempre foi e, continua sendo, direcionado aos interesses das elites.

Surge, então, para todos nós a pergunta: o que podemos observar como direcionamento futuro para a nossa prática educativa e de ensino, além do que a história nos oferece como reflexão? Ao que nos parece, é visível a distância entre o que legislamos como compreensão, explicação e justificativa e a realidade traduzida pelo conflito das relações de interesses na qual desejamos interferir. (PIRES, 2006, P. 5).

Nota-se portanto que há uma divisão de interesses em relação à educação brasileira em que o poder público tenta de todas as formas “abafar”, esconder do

cidadão quais são os seus direitos e deveres, é um jogo político, no qual, na maioria das vezes, os beneficiados são apenas os que estão no poder.

A Educação Inclusiva reflete bem essa realidade, que, embora, venha sendo debatida, pelos profissionais da área, ainda continua sendo algo muito distante da realidade das escolas brasileiras.

De certo que o princípio democrático de ‘educação para todos’ só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos e não apenas em alguns deles, os deficientes em geral. Há muito ainda a ser feito para que se possa caracterizar um sistema como apto a oferecer oportunidades educacionais a seus alunos, de acordo com as especificidades de cada um, sem cairmos nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão. (MANTOAM, 1997, p.120,)

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) já determinam que alunos com necessidades educacionais especiais sejam matriculados em escolas regulares, o que de fato está acontecendo, porém, os profissionais da educação, incluindo-se, professores, equipe administrativa e operacional da escola, sentem-se despreparados para atender estes alunos, ou seja, as políticas públicas acerca da Educação Inclusiva já é uma realidade vivenciada nas escolas, porém ainda se faz necessário uma série de adaptações para que esta ocorra de fato, deste modo, ocorre-nos outro questionamento: Se é obrigatório o atendimento especial porque não é obrigatória uma especialização para que professores, gestores e funcionários se apropriem dessa realidade e busquem formas de vivenciar essa nova situação?

Mudar a escola é enfrentar muitas frentes de trabalho, cujas tarefas fundamentais a meu ver são as que seguem: recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre os professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que

não segregue e que reprove a repetência, formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções. (MANTOAN, 2006, p. 41-42).

Nesse sentido, pensar em uma educação que atenda todos os interesses da população exige por parte dos profissionais da educação um conhecimento mais aprofundado, sobre todas as diretrizes nacionais que envolvam todo o processo, entender seus direitos e deveres deve fazer parte do cotidiano escolar para que possa atender a todos os alunos sejam estes com necessidades especiais ou não.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo realizar uma discussão pautada em torno da educação inclusiva e do atendimento especial no Brasil, de uma forma geral, fazendo uma abordagem teórica e metodológica em torno das questões que envolvem este processo, visualizando o cenário educacional atual brasileiro, investigando como é realizado o trabalho de inclusão e o atendimento especial nas escolas, em especial uma das escolas da Rede Pública do município de Serrinha dos Pintos RN, afim de, reconhecer o aluno com NEE (Necessidades especiais específicas) como parte essencial na formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Este trabalho está dividido em partes, sendo: a abordagem teórica, momento em que esclarecemos nossas indagações sobre a importância do tema, pautados pela ótica científica de estudos já realizados sobre a temática e a pesquisa *in loco* que nos deu a certeza de que podemos sim mudar a realidade das escolas, com vistas a um atendimento especial e inclusivo de qualidade para todos, para isso, basta que a sociedade esteja preparada e unida em torno dessa questão, e que o Estado cumpra o seu papel de prover a educação para todos, em todas as esferas da sociedade.

2. ABORDAGEM TEORICO-METODOLÓGICA

As metodologias que contribuíram em todo o processo de investigação foram embasadas no trabalho de pesquisa sobre a prática educativa atual brasileira, a Educação Inclusiva e o atendimento especial.

Para a coleta de dados foi realizada pesquisas em livros, artigos científicos, monografias, dados *online no site* de procura pedagogia.com, dentre outras pesquisas relacionadas ao tema, afim de, gerar uma discussão pautada em todo o processo de ensino voltado para Educação Inclusiva e todas as contribuições que este tipo de atendimento pode trazer para a educação brasileira.

Também foram investigadas e avaliadas as formas pelas quais as políticas educacionais brasileiras foram apropriadas em uma das Redes Municipais de Ensino do município de Serrinha dos Pintos RN, com dados escolares, levantamento físico e histórico, pesquisas *in loco*, pautadas na discussão em torno da Educação Inclusiva com relatos de professores, mães e gestores descritos durante um projeto de intervenção que foi realizado na escola Municipal Leis Gomes de Oliveira, no ano de 2015. Tal projeto foi apresentado para toda equipe escolar e utilizado como base desta pesquisa.

Para que fosse utilizado o nome da escola acima citada foram obtidas as devidas autorizações os responsáveis pela escola. Assim, também como utilizamos pseudônimos referindo-se aos nomes dos atores da pesquisa.

Na construção do texto a Lei de Diretrizes e Bases foi um dos pontos norteadores e nos revelou que educação brasileira [...] “abrange os processos educativos que se desenvolvem na convivência humana, na vida familiar, no trabalho, nas instituições de ensino, de educação infantil, de formação profissional, de pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil, no esporte, no lazer, nas manifestações culturais e no contato com os meios de comunicação social”. (PIRES, 2006, p. 02 *apud* BRASIL, 1990).

Também foram vários os autores que contribuíram neste processo, dentre estes, Pires (2006) nos fala sobre a educação brasileira que [...] “ao aprofundar o ato de educar, nas perspectivas das relações humanas, estaremos identificando elementos que

estão além de uma visão mecanicista, mercantilista e utilitária do que se pensa para a educação” (PIRES, 2006, p.07.).

Fundamentamo-nos, também, em Mantoam (1997) que diz:

[...] a inclusão escolar é incondicional e, portanto, não admite qualquer forma de segregação. Esta opção de inserção tem como meta principal não deixar nenhum aluno no exterior do ensino regular, desde o início da escolarização e questiona o papel do meio social no processo interativo de produção das incapacidades, porque o deficiente mental tem o direito de se desenvolver como as demais pessoas, em ambientes que não discriminem, mas, valorizem as diferenças. (MANTOAN, 1997, p.117).

Sobre o atendimento especial Nunes, Braun, Souza ressaltam que “[...] as atividades desenvolvidas no AEE (Atendimento Especial Especifico) diferenciam-se daquelas realizadas nas salas regulares e não podem substituir a escolarização. Por isso, o AEE deverá receber o atendimento à tarde e vice-versa”. (NUNES, BRAUN, SOUZA, 2013, pg. 74).

Já na perspectiva de formação do profissional docente em Miranda e Alves exalta-se que “[...] De maneira ampla, temos que reconhecer que tem sido realizado um esforço, nos últimos anos, por diversas instâncias, para preparar em nível superior professores e demais profissionais de ensino, considerando a exigência da legislação nacional”. (MIRANDA, ALVES 2012, pg. 29).

Ao falar em ludicidade PIAGET (1973); FROEBEL (1912); VYGOTSKY (1991); LUCKESI (1994) E DALLABONA MENDES (2004) nos proporcionaram uma visão mais ampla e detalhista sobre a importância das atividades lúdicas, não somente para a criança com NEE, mas em todos os aspectos que envolvem o ensino-aprendizagem.

Além destes, diversos outros autores foram fundamentais para realizar uma leitura interpretativa textual dentre estes estão: CURY (1998); CARVALHO (2010) e ALVES; (2006), nos quais conferiram um significado mais quantitativo e qualitativo em todo processo de construção do texto.

Para que a pesquisa fosse mais bem dividida, o texto foi organizado em 07 outros sub temas: A Educação Inclusiva e o atendimento especial no Brasil; A Educação Inclusiva e o atendimento especial na Escola Municipal Leis Gomes de Oliveira, Município de Serrinha dos Pintos RN; Reflexões acerca do trabalho de inclusão e do atendimento especial na Escola Municipal Leis Gomes de Oliveira; Como trabalhar com a inclusão; Inclusão e socialização; Sala de recursos especiais e O lúdico como forma de inclusão. Tudo isso, buscando a construção de uma discussão pautada no sistema de ensino inclusivo e todas as questões que envolvem este processo com vistas ao que é teoria e o que se vê na prática.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Educação Inclusiva: A Educação Inclusiva e o Atendimento Especial No Brasil

Eu quero uma escola cantante

Eu quero uma escola cantante
Que respeite o meu sorriso
Que baile com a minha infância
Que rime as lições dos livros
Com a poesia da vida.

Eu quero uma escola luminescente
Que dance a ciranda da vida
Que seja um imenso jardim
Que plante a beleza em mim

Eu quero uma escola humanescente
Que cante a música dos sentimentos
Que baile ao som do coração
Que rime amor, fraternidade
Com alegria, conhecimento, emoção.

Eu quero uma escola viva
Que traduza a minha vida

Dorinha Timóteo, 2016.

Atualmente no Brasil, as políticas públicas de ensino garantem o direito à educação em todos os níveis de escolaridade ao aluno com NEE. O modelo de educação adotado pelos brasileiros é voltado para a inclusão ou educação inclusiva como costumamos chamar, já o atendimento especial, enquanto modalidade de ensino, ficou restrito, apenas, para um percentual de estudantes que evidenciam alguns transtornos ou deficiências como:

- Deficiência física: “A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso” (NUNES, BRAUN, SOUZA, 2013, p.73 *Apud* SILVA; CASTRO; BRANCO: 2006).
- Deficiência visual: “O termo deficiência visual refere-se ao espaço compreendido entre a cegueira e a baixa visão” (NUNES, BRAUN, SOUZA, 2013, P.116).

- Deficiência auditiva: “podemos definir Deficiência auditiva como a diminuição da percepção normal dos sons”. (NUNES, BRAUN, SOUZA 2013, P.137).
- Deficiência intelectual: “Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, incluindo a comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho, vida doméstica e autogoverno” (NUNES; BRAUN, SOUZA, 2013, p. 73 *Apud* WESTWLING; FOX, 2004).
- Deficiência múltipla: “Associação no mesmo indivíduo de duas ou mais deficiências primárias, incluindo deficiência física ou sensorial” (NUNES; BRAUN, SOUZA, 2013, p. 73 *Apud* WESTWLING; FOX, 2004).
- Transtornos Globais do Desenvolvimento: “Alterações qualitativas das interações recíprocas e na comunicação”. (NUNES; BRAUN, SOUZA, 2013, p.73 *Apud* BRASIL, 2008).
- Altas habilidades/Superdotação: São alunos que: [...] “demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse” (NUNES; BRAUN, SOUZA, 2013, p.73 *Apud* BRASIL, 2008).
- Transtornos funcionais específicos: “Educandos com distúrbios de aprendizagem, definido como grupo heterogêneo de distúrbios, que se manifestam por dificuldades significativas na aquisição e no uso da compreensão oral, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas”. (NUNES; BRAUN, SOUZA, 2013, p.73 *Apud* BRASIL, 2008).

Estes tipos de transtornos fazem parte da nomenclatura adotada, na atualidade, para o atendimento especial garantido na Educação Brasileira ao aluno com NEE. Já na perspectiva da Educação Inclusiva a lei garante que todas as crianças sejam incluídas nas escolas em todos os níveis de escolaridade, garantido assim uma educação para todos, independentemente, de seu estado físico ou psicológico.

Ainda sobre a Educação Inclusiva a partir de 2011 houve uma reforma curricular, onde foram introduzidas, ao Curso de Pedagogia, e a outros quatorze cursos

de licenciatura disciplinas obrigatórias, também, sob a “bandeira” de uma “educação para todos”.

[...] Com a reformulação curricular, no Curso de Pedagogia existiam duas disciplinas obrigatórias: Educação Especial numa Perspectiva Inclusiva e Língua Brasileira de Sinais – Libras, e quatro disciplinas eletivas: Metodologia de Ensino em Educação Especial. Por sua vez, quatorze licenciaturas apresentavam apenas um componente curricular optativo, geralmente denominado Introdução à Educação Especial. A partir de 2010, passou-se a oferecer, também, a disciplina Libras, em todas às licenciaturas, em caráter obrigatório ou eletivo. (MIRANDA, ALVES 2012 Pg. 31).

Com isto, surgem os cursos de especialização na área, proporcionando, aos profissionais da educação uma formação mais específica.

Podemos ver, pois que avançamos muito em relação à Educação Inclusiva e o atendimento especial, porém, este tipo de formação, ainda, é deficitário, no que diz respeito, à realidade escolar e apesar de todos os projetos realizados pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC e outras instituições federais tenham crescido, significativamente, nos últimos anos, o que se nota na realidade é que muitos gestores, ainda, não sabem lidar ou como atender às demandas específicas e acabam transformando o espaço de inclusão em um mero espaço de socialização, não focando no que se propõe a escola que é de fato educar.

[...] Isto, infelizmente, ainda é feito em algumas realidades escolares, em especial no que diz respeito aos alunos com deficiência, sobre os quais deteremos mais o nosso olhar. Nesses casos, quando muito, a inclusão se reduz a um simples espaço de socialização. Necessário se faz que esta seja desenvolvida com mais responsabilidade, observando aspectos relacionados à escola, ao aluno – que é ímpar em suas características e necessidades – e também ao docente. A inclusão é um processo complexo e esta complexidade deve ser respeitada, atendida e não minimizada. (MIRANDA, ALVES, Org. 2012 pg. 34).

Neste caso, ao falar sobre as políticas públicas nacionais de inclusão escolar, faz-se necessário realizar, também, uma reflexão sobre em que proporção estas mudanças significam inovações, e em que fato este sistema pode contribuir para o atendimento de forma inclusiva sem que isto afete o sistema de ensino e todos os que fazem parte desse processo, visto que vivemos em um país onde a realidade que se

apresenta se distancia cada vez mais do que está previsto em lei. Sobre esta afirmação Cury 1998, diz que:

(...) a igualdade perante a lei, a igualdade de oportunidades, a de condições, a de resultados se choca com um país marcado historicamente pelo profundo grau de desigualdade social. Assinalar a democracia enquanto acesso é por em evidencia o quanto se tem a caminhar no âmbito das políticas educacionais. (CURY 1998, PG. 74).

Um dos caminhos para eliminar esse desconforto é a formação e a pesquisa por parte do profissional que atuará com o aluno especial em sala de aula, tendo em vista que a formação regular é deficitária neste aspecto, por isso a escola deve recorrer aos cursos em nível de pós-graduação e especialização para um entendimento e pesquisa mais específicos para as mais diversas áreas da educação:

[...] Concordamos que há, sim, que se investir maciçamente na formação inicial e continuada do educador. Falamos de política educacional, pública que garanta ao educador o direito ético da formação de qualidade. Uma formação que considere a diversidade, no caso específico do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”. (MIRANDA, ALVES, 2012 pg. 21).

Deste modo, o profissional da educação deve buscar atender de forma adequada todo o aluno, independente, sua adversidade. Esta ação, igualmente:

[...] deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação [...] Os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças. . (MIRANDA, ALVES, 2012, p. 29 *apud* ZOÍÁ, 2006).

Vemos, pois que, ainda, faz-se necessário fazer uma série de mudanças, no cenário atual, das escolas brasileiras, no que diz respeito, de como devemos processar uma realidade de inclusão, voltada ao cotidiano escolar nacional, que seja oficializada

em proporções pautadas no sistema de gestão escolar e no discurso acadêmico. Sobre esta afirmação e sobre a formação docente em Miranda e Alves, 2012 ressalta-se que:

Dentro de uma perspectiva de ampliação dos sistemas, com vistas não apenas ao crescimento quantitativo de matrícula, mas também à melhoria do sistema escolar, necessário se faz, entre outros aspectos, o aprimoramento do sistema de gestão, da atuação dos profissionais e do processo de ensino e aprendizagem. . (MIRANDA, ALVES, 2012, pg. 29).

Contudo, tais mudanças devem ser embasadas não apenas em teoria, pois para poder modificar o sistema de ensino é necessário olhar não somente as leis, mas em todas as questões que envolvam o espaço local, os profissionais presentes e, principalmente, o aluno com NEE.

E este, portanto, é o grande desafio das escolas brasileiras desafio este que pode ser minimizada por meio de uma formação inicial e continuada, na busca permanente por novas práticas pedagógicas.

3.2 Educação Inclusiva: A educação inclusiva e o atendimento especial na Escola Municipal Leis Gomes de Oliveira, município de Serrinha dos Pintos.

Mas se desejarmos fortemente o melhor e, principalmente, lutarmos pelo melhor... O melhor vai se instalar em nossa vida. Porque sou do tamanho daquilo que vejo, e não do tamanho da minha altura.

Carlos Drummond de Andrade, 2016.

Serrinha dos Pintos é um município que está localizado no Estado do Rio Grande do Norte, na Microrregião de Umarizal. Sua origem teve início no final do século XIX, quando o então tenente coronel Agostinho Pinto resolveu estabelecer moradia na região da Serra Menor de Martins/RN, lugar onde, em 1984, foi construída a capela de Nossa Senhora da Salette, estabelecendo-se ali as primeiras moradias dando início, assim seu povoamento, logo após em 1985, o povoado de Serrinha dos Pintos

recebeu o título de Distrito Administrativo em 30 de outubro de 1993, através da lei nº 6492, se desmembrando de Martins, passou a categoria de município do Estado do Rio Grande do Norte.

A escola objeto da pesquisa foi fundada com o nome de Escola Municipal José Câmara, anexada ao Município de Martins, pois, na ocasião o município, ainda, não havia sido emancipado e sua criação deu-se devido às dificuldades de acesso à educação dos moradores por se tratar de um povoado carente onde, os habitantes em sua maioria, não possuíam transporte para o deslocamento.

A escola em que realizamos pesquisa na estrutura física atual é composta por 06 salas de aula, com salas anexadas ao CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil Passinhos da aprendizagem que funcionam no período da manhã e tarde por não dispor de espaço suficiente para comportar a demanda, contém também 01 cozinha, 02 banheiros para os alunos, 01 para os funcionários, sala dos professores composta com uma pequena biblioteca e sala de informática.

A Instituição de Ensino atende a uma demanda total de 422 alunos, destes 207 moram na zona rural e utilizam o transporte escolar para ir à escola. A escola tem 02 alunos que possuem transtorno de desenvolvimento, com os quais, se procura trabalhar a inclusão e o acompanhamento psicológico.

A instituição funciona no turno matutino com turmas do 1º ao 5º ano, no vespertino com turmas do 6º ao 9º anos e no noturno com turmas do 6º ao 9º anos com a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Todos os professores e gestores possuem formação superior e especialização, já os profissionais que trabalham na limpeza, cozinha e portaria são concursadas como Assistentes de Serviços Gerais.

O Projeto Político Pedagógico – PPP, da escola está sendo reformulado para que se possa implantar na escola melhores condições de ensino-aprendizagem em prol da comunidade escolar. O mesmo está sendo elaborado por toda a gestão, conselho escolar, professores, membros da comunidade sempre voltada para a realidade do aluno e da escola.

Com o PPP foram implantados projetos que incentivam e promovem atividades socioculturais dentro e fora do ambiente escolar, incentivam à participação em grupos e a inserção do aluno na sociedade. Tendo como base o art. 32 da LDB que diz que: O

ensino fundamental obrigatório, com duração de 09 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 06 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006).

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. § 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos. § 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino. § 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. § 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. § 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007). § 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. (Incluído pela Lei nº 12.472, de 2011).

Quanto aos recursos didáticos, a escola dispõe de materiais diversos, como: jogos educativos, jogos lúdicos, livros didáticos e aparatos tecnológicos que auxiliam no processo de aprendizagem do aluno sempre levando em consideração a capacidade de cada aluno, além de oferecer acompanhamento psicológico para o aluno com necessidades especiais.

O maior problema da escola, segundo a gestão, é a infraestrutura, pois a escola não possui um espaço adequado para atender a enorme demanda, de alunos, que está aumentando, significativamente, ao longo dos anos, além disso, não existe espaço de lazer onde as crianças possam praticar jogos educativos e lúdicos que são muito

importantes no desenvolvimento das habilidades motoras. Por isso, foram adaptadas as salas de aulas que ficam na creche e as atividades físicas são praticadas no ginásio de esportes, o que dificulta a acessibilidade do aluno que possui alguma dificuldade, isto porque, este aluno, não consegue acompanhar os demais colegas na hora de se locomover para as atividades de esporte e lazer ofertadas pela escola.

Também por não haver espaço a escola não oferece a sala de recursos especiais que é um recurso importante para auxiliar o professor no desenvolvimento escolar dos alunos especiais e que deve ser utilizada em horários opostos aos das aulas.

Durante o trabalho de investigação do projeto foram realizadas entrevistas sobre como é realizado o atendimento especial na escola e em uma destas entrevistas foi perguntado à diretora Jerusa (Nome Fictício), se na escola havia sala de recursos multifuncionais, e sobre esta interrogação a mesma responde que:

[...] A escola dispõe de todos os materiais, porém não há espaço para que este seja organizado por isso guardo todos eles em caixas que ficam no almoxarifado da escola [...] certa vez até tentei colocá-los junto à sala de computadores, mas todos os alunos tem acesso à sala e acabam quebrando ou levando para casa então resolvi retirá-los e guardar em uma sala ate que se consiga um espaço apropriado para ele. (DIRETORA JERUSA- EMLGO).

Podemos ver, pois que apesar da escola possuir todos os materiais necessários com a “desculpa” de que não há espaço para utilizá-los estes acabam sendo empacotados e guardados.

Já para os professores, foi questionado se eles utilizam os materiais em suas aulas, alguns deles por sua vez revelam que sequer haviam tomado conhecimento sobre que haviam esses materiais guardados na escola, sobre esta afirmação a professora Débora (Nome Fictício) Respondeu que:

[...] Eu não sabia que a escola possuía esses materiais. Quando preciso de um material desse tipo faço com meus alunos de sucata [...] não

vou deixar de realizar estas atividades, são ótimas para as crianças, mas a partir de agora vou exigir mais da escola estes materiais e utilizá-los em sala de aula. (PROFESSORA DÉBORA- EMLGO).

De certo modo, é louvável a atitude da professora em fabricar seu próprio material, mas a escola, tem a obrigação apresentar os materiais aos professores para que tomem conhecimento sobre todos os recursos disponíveis na escola, para que estes sejam utilizados em prol do ensino-aprendizagem não somente dos alunos com NEE, mas para todos os que estudam na escola.

Na perspectiva de inclusão não podemos pensar em uma sala especial para alunos especiais, mas o espaço é fundamental para o desenvolvimento de todos os estudantes sejam estes deficientes ou não, porém as turmas possuem grande número de alunos, o que dificulta realizar um trabalho pedagógico efetivo, pois o professor, mesmo estando preparado, não consegue sozinho, atender satisfatoriamente, uma turma com mais de trinta alunos onde há um ou dois alunos com NEE.

Como já foi dito antes, o trabalho com alunos com Necessidades educacionais Especiais é realizado na referida escola, tem a intenção de realizar o trabalho inclusivo, onde estes alunos são colocados, juntamente, com os demais em uma classe comum e, procura-se de certa forma, realizar as adaptações necessárias.

Em entrevista com a mãe de uma aluna com Necessidades Educacionais Especiais que estuda em uma das salas anexas da escola, a mesma relata que a filha Maria (nome fictício) estuda há três anos na mesma sala, que a jovem tem muito desânimo em ir à escola porque se sente desmotivada, pois ao chegar lá, apenas fica olhando os outros alunos fazendo as atividades, enquanto que ela, simplesmente, não faz nada fica apenas sentada. Sobre esta questão a mãe relata que:

[...] A professora da escola é muito boa, tanto que minha filha não quer ter aulas com outra professora, mas acho que ela podia dar mais atenção ou, pelo menos, realizar alguma atividade para que “Maria” não fique sem fazer nada em sala de aula, nesse caso não estou culpando a professora, mas fico triste quando vejo que minha filha chega em casa com o caderno em branco. (DONA MARTA - Mãe de aluna com NEE. (nome fictício).

Ainda sobre esta questão a mesma relata que a filha não tem interesse em estudar porque não faz nada na escola e quando a questionam se ela gosta de estudar ela diz que “não” que tem preguiça, mas quando perguntam se ela gostaria de ter aulas particulares, ela responde que sim, que queria aprender as letras para falar por um aplicativo do seu celular. Sobre esta afirmação Dona Marta diz que:

[...] Por muitas vezes Maria não que ir à escola, eu não posso obrigá-la, porque vejo que o desenvolvimento dela em relação à aprendizagem é praticamente zero, ela não tem incentivo algum em aprender, por isso muitas vezes penso que seria melhor retirá-la de lá e colocá-la em aulas particulares. Quem sabe, assim ela pudesse desenvolver algum aprendizado. (DONA MARTA - Mãe de aluna especial).

Este fato nos faz refletir sobre a real eficácia do trabalho de inclusão, vemos, pois que apesar da aluna em questão ser acolhida na instituição, a escola passou a ser apenas um lugar de socialização. Vemos, portanto que:

Não basta, porém, apenas oferecer aos alunos o acesso à escola. Necessário se faz ministrar um ensino que seja de qualidade para todos, que atenda às reais necessidades dos educandos. Em outras palavras, deve existir abertura para um trabalho pedagógico efetivo com a diferença presente nos educandos, em geral (MIRANDA ALVES, 2012, pg.36).

A direção explica que tais atitudes são tomadas por não haver espaço na instituição, que não tem estrutura física suficiente para que o aluno com NEE fique em uma sala com menor quantidade de alunos, considerando que, a escola é pequena para atender o número de alunos matriculados.

Isto mostra a dificuldade por parte da equipe escolar em obter um ensino inclusivo de qualidade, visto que, a escola toma atitudes que acham que são relevantes, mostra-nos também o “comodismo” da professora em trabalhar com a inclusão, deixando assim de realizar diversas atividades que poderiam ser fundamentais no processo de desenvolvimento dos alunos em especial da jovem acima citada.

Nesse sentido, faz-se necessário buscar a escola concreta, onde habitam alunos (as), professores (as), profissionais em ações pedagógicas; a escola, onde, na atualidade, se coloca o princípio ético da inclusão escolar. Para tal, fazem-se necessárias reflexões sobre a educabilidade, processos de inclusão-exclusão, políticas educacionais, condições de aprendizagem, dentre tantas outras. (MIRANDA, ALVES, 2012 pg. 20).

Como já foi dito antes, quando falamos em inclusão, deparamo-nos com uma série de outras questões envolvendo as escolas e o ensino e aprendizagem. Neste caso, apesar da escola buscar meios de trabalho que envolva todos os alunos, o educador e a equipe gestora, ainda, depara-se com turmas superlotadas ficando, de certo modo, “desnorteados” gerando incertezas e insegurança, tanto por parte dos professores quanto por parte dos pais. Quanto a esta afirmação a professora Débora acrescenta que:

[...] enquanto o poder público não olhar para nossa educação de forma real e não apenas escrita, nós que somos professores da Rede Pública, vamos improvisando, isso mesmo “improvisando”, pois se não estamos aptos a realizar tudo o que está descrito na legislação nós vamos adaptando como podemos de acordo com o que temos. (PROFESSORA DÉBORA- EMLGO).

Vemos, pois que na Escola Municipal Leis Gomes de Oliveira, assim como nas demais escolas brasileiras, os professores procuram de todas as formas, proporcionar a melhor adaptação para o aluno com deficiência, porém, ainda é necessário derrubar algumas barreiras para que este processo seja realizado de acordo com as necessidades específicas de cada pessoa, ou seja, além de uma formação profissional é preciso que haja uma formação pessoal, pois a capacidade de adaptação e a busca por novos saberes é o que fará a diferença na hora de atuar em sala de aula. Diante disso em Miranda e Alves indica-se que:

Muitos professores e professoras acreditam que devem receber a preparação para trabalhar com estudantes com deficiência, a partir de uma formação profissional que, vinda de fora (orientações, direção, estado), dê a eles autonomia para atuar. Mas também, se verifica que tais processos de formação adquirem sentido, na medida em que se articula com os saberes que os educadores desenvolvem, tendo em vista as suas histórias de vida individual, as suas relações com a sociedade, com a instituição escolar, com os outros atores educativos e os lugares de formação. (MIRANDA, ALVES, 2012 pg. 13).

Refletindo sobre essa afirmação e, ainda, em conversa com os professores, alguns deles relatam que a formação oferecida ao professor, ainda, é pouca e confessa que, às vezes, sentem-se despreparados e, de certa forma, “culpados” em não poder atender ao aluno com NEE de maneira adequada, em sala de aula, por estarem resolvendo outras questões de ensino-aprendizagem. Veja o que diz esta professora:

[...] É muito difícil dar conta de uma sala com tantos alunos e, ainda, assim estar apta a atender ao aluno especial, isto porque não lidamos apenas com o aluno deficiente, existe uma série de outras coisas que envolvem a adversidade em sala de aula, pois não podemos pensar apenas neste aluno, em si, mas em todos os que estão na sala. (PROFESSORA SÉFORA (Nome Fictício), EMLGO).

Neste caso, nota-se, a necessidade de uma formação continuada para que os professores se apropriem dessa necessidade da escola e, para que, os mesmos possam realizar o trabalho de inclusão sem que se sintam despreparados e/ou culpados.

Sabendo que a educação é um direito de todos, a formação continuada representa um espaço-tempo de constituição e reflexão da ação educativa. É um espaço de potencialização das práticas pedagógicas. Uma oportunidade para (re) pensar as relações de poder existentes no currículo, os mecanismos utilizados para validar os conhecimentos e os pressupostos que fundamentam quem pode ou não aprender na escola. (MIRANDA, ALVES, 2012 pg.19).

O caso de “Maria” é apenas um pequeno exemplo das muitas “Marias” e “mães de Marias” que estão inseguros em relação ao ensino-aprendizagem do seu filho, em relação à escola e ao atendimento inclusivo. Segundo CARVALHO (2010):

Certamente não são poucas as resistências, sejam as dos familiares, dos professores da educação especial e dos próprios alunos (...) a resistência dos professores e de alguns pais é por eles explicada em razão da insegurança no trabalho educacional escolar a ser realizado nas classes regulares com alunos com deficiência (...) familiares referem-se ao temor que a inserção de seus filhos nessas classes não contribua, da maneira, na intensidade desejada, para sua aprendizagem (...) os professores alegam que em seus cursos de formação, não tiveram a oportunidade de estudar a respeito nem de estagiar com alunos de educação especial. (CAVALHO, 2010).

Portanto, se a escola almeja um ensino inclusivo de qualidade para todos os alunos, é preciso ir além do que já está sendo feito, é necessário à participação de outros profissionais, dentre estes: médicos, psicólogos e outros profissionais da área da saúde. Também é necessária a presença de um psicopedagogo para auxiliar o professor na escola, além da busca constante de aperfeiçoamento das mais variadas formas de como se trabalhar com a inclusão e socialização, visto que, como foi citado nos exemplos acima o professor, sozinho, não consegue lidar com uma adversidade tão grande, não por não ter se preparado, mas porque este é um trabalho que envolve, não somente, o professor, mas, a sociedade como um todo.

Verifica-se, portanto, que este tópico procurou, de certa forma, apresentar um pequeno exemplo de educação inclusiva local, originário do depoimento da mãe de uma aluna especial, da equipe escolar e professores, tendo como eixo a forma de ensino apresentada pela escola em relação à implementação das políticas públicas de inclusão escolar, no sentido de expor possíveis dificuldades da escola em realizar as atividades de inclusão, dúvidas dos professores e algumas formas de melhoria do sistema de ensino.

3.3 Como trabalhar com a inclusão

3.3.1 Inclusão e Socialização

Para trabalhar com a inclusão a escola precisa adaptar-se para receber o aluno com NEE, adaptar a turma e funcionários, as salas de aula devem ser espaçosas e os materiais devem ser adaptados.

Em se tratando das escolas públicas o próprio Ministério da Educação tem um sistema de envio de materiais para que esta transformação ocorra de fato. Todas estas modificações devem ser pensadas, afim de que a escola possa receber o aluno em condições apropriadas.

Em sala de aula o professor pode trabalhar com conteúdos adaptados que possam desenvolver a capacidade tanto do aluno com NEE, quanto dos demais colegas de sala de aula, com atividades práticas, concretas e lúdicas o que beneficiará a todos. Também deve ser uma tarefa de toda equipe escolar repensar a grade curricular. Deve buscar a parceria com a família e com a comunidade - médicos, serviços de fonoaudiologia, psicopedagogia, psicologia, hospitais e postos de saúde.

Cabe, também, ao professor conhecer a história de vida do aluno, como ele se relaciona com as pessoas, como ele aprende e criar um vínculo envolvendo a família, pois, a partir desse vínculo, haverá mais chances de perceber as necessidades dessas crianças e, assim, melhorar as expectativas da família e do aluno em relação à escola.

Os funcionários têm grande importância no trabalho com alunos portadores de Necessidades Especiais e, por este motivo, é necessário que estes tenham conhecimentos básicos sobre a educação especial para que possam auxiliar no atendimento à criança especial. Por isso, faz-se necessário os cursos de aperfeiçoamento para todos que trabalham na área da educação.

É preciso, dar atenção ao limite da criança, ver até onde ela pode exercer determinada atividade e tomar cuidado para não cobrar demais ou cobrar de menos.

Faz-se necessário, também, que a escola passe segurança para a sociedade em geral, pois, na maioria das vezes, nota-se uma resistência por parte dos pais em deixar o filho com NEE nas escolas (especialmente às públicas), isto porque alguns deles sentem certo “temor” havendo uma preocupação se a escola, realmente, está preparada para que seu filho possa se sentir bem dentro do ambiente escolar.

A questão da afetividade é outro fator essencial para o desenvolvimento, tanto escolar, como social desse aluno, dar atenção, procurar não enxergar com sentimento de pena, procurar enxergar como cada um é, de acordo com suas características particulares, pois, este não é um fator apenas exclusivo do aluno com NEE, mas, de todos.

A escola e a sociedade, em geral, devem trabalhar unidas nesse processo e buscar novas formas de aperfeiçoamento para que se possa trazer o aluno com NEE para sala de aula, entre estes trabalhos estão à criação de palestras, oficinas, participação em congressos e outros que contribuam para a formação do professor. Não devemos descartar as salas de recursos multifuncionais que devem fazer parte das escolas e serem utilizadas em horários opostos as aulas.

3.3.2 Salas de recursos multifuncionais

As Salas de Recursos Multifuncionais - SRMF são espaços físicos localizados nas escolas públicas onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado - AEE.

As SRMF possuem mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos alunos da Educação Especial.

A organização e a administração deste espaço são de responsabilidade da gestão escolar e o professor que atua neste serviço educacional deve ter formação para o exercício do magistério de nível básico e conhecimentos específicos de Educação Especial, adquiridos em cursos de aperfeiçoamento e de especialização.

Alves (2006) aponta que são vários os recursos pedagógicos e materiais que fazem parte do espaço da sala de recursos e cita alguns deles:

Jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento. Os jogos e matérias pedagógicos podem ser confeccionados pelos professores da sala de recursos e devem obedecer a critério de tamanho, espessura, peso e cor, de acordo com a habilidade motora e sensorial do aluno. São úteis as sucatas, folhas coloridas, fotos e gravuras, velcro, imãs, etc; Jogos pedagógicos adaptados para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, como aqueles confeccionados com

simbologia gráfica utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor ou aqueles que têm peças grandes, de fácil manejo, que contemplam vários temas e desafios para escrita, cálculo, ciências, geografia, histórias e outros; mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo, cadeiras com ajustes para controle do tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem de inclinação do assento com rodas, quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não deslocamento das cadeiras; Engrossadores de lápis e pincéis, suporte para livro (plano inclinado, tesoura adaptada, softwares, brinquedos e miniaturas para o desenvolvimento da linguagem, reconhecimento de formas e atividades da vida diária e outros materiais relativos ao desenvolvimento do processo educacional (ALVES, 2006, p.20)).

Todos estes materiais citados e que fazem parte das SRMF, são enviados às das escolas públicas brasileiras, por isso é necessário que todas as instituições possam organizá-los de forma que venha contribuir e beneficiar ao aluno com NEE.

3.3.3 O lúdico como forma de inclusão

A ludicidade faz parte de um instrumento essencial nas atividades a serem realizadas em sala de aula, podendo ser utilizada, como forma de interação e/ou inclusão, pois desperta no aluno o interesse por atividades que contribuem para o desenvolvimento de todos os alunos da sala.

Considera-se então que a prática de atividades lúdicas pode e deve ser usada como um canal de ligação, aprendizado e socialização entre todos os alunos da turma, principalmente, com os alunos que apresentam algum tipo de NEE, permitindo, assim, que estes possam vivenciar atividades cotidianas, assimilar valores e conteúdos dentre outras questões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, ou seja, a ludicidade permite uma maior autoafirmação da criança, permitindo que a mesma, construa conceitos abstratos a partir de elaborações concretas vivenciadas através da ludicidade. Diante desta afirmação, Piaget destaca que:

Os jogos e as atividades lúdicas tornam-se significativas à medida que a criança se desenvolve, com a livre manipulação de materiais variados, ela passa a reconstituir, reinventar as coisas, o que já exige uma adaptação mais completa. Essa adaptação só é possível, a partir

do momento em que ela própria evolui internamente, transformando essas atividades lúdicas, que é o concreto da vida dela, em **linguagem escrita que é o abstrato**. (PIAGET 1973).

Como aponta Piaget o processo ensino e aprendizagem oferecido com ludicidade faz com que a criança transforme o brincar em algo significativo para sua aprendizagem. Trazer a ludicidade para sala de aula faz com que o aluno se envolva, prazerosamente.

Os jogos simbólicos, as brincadeiras, as leituras com contos, a dança e outras atividades que envolvem a ludicidade são grandes aliados do processo ensino-aprendizagem, colaborando significativamente, na formação permanente do homem.

A brincadeira é uma atividade espiritual mais pura do homem neste estágio e, ao mesmo tempo, típica da vida humana enquanto um todo da vida natural interna no homem e de todas as coisas. Ela dá alegria, liberdade, contentamento, descanso externo e interno, paz com o mundo... A criança que brinca sempre, com determinação auto-ativa, perseverança, esquecendo sua fadiga física, pode certamente torna-se um homem determinado, capaz de autossacrifício para a promoção do seu bem e de outros... Como sempre indicamos o brincar em qualquer tempo não é trivial, é altamente sério e de profunda significação (FROEBEL, 1912C, P.55).

O Ato de brincar traz para criança um mundo cheio de magia, pois brincando ela pode realizar, desde um sonho, que tem em mente, quanto imitar situações diárias, como cuidar de bebê, dirigir um carro, construir uma família, ou seja, durante a brincadeira ela pode ser tudo que quiser, além de aprender sem o peso de achar que isso é algo imposto e brinca por gostar e por achar que isso é bom, é divertido.

[...] Uma criança brincando com uma boneca, por exemplo, repete quase exatamente o que sua mãe faz com ela. Isso significa que, na situação original, as regras operam sob uma forma condensada e comprimida. Há muito pouco de imaginário. É uma situação imaginária, mas é compreensível somente à luz de um a situação real que, de fato, tenha acontecido. O brinquedo é muito mais a lembrança de alguma coisa que realmente aconteceu do que imaginação. É mais a

memória em ação do que uma situação imaginária nova (VYGOTSKY, 1991; p.117).

Na Educação Inclusiva a brincadeira se torna mais significativa, pois o aluno com NEE irá se sentir mais acolhido e, com isso, socializar-se-á melhor, tanto em sala de aula, como fora dela. O aluno poderá criar uma nova perspectiva de vida, sendo auxiliado, em cada passo dado, Cada avanço pode ser fundamental para seu desenvolvimento.

[...] O lúdico está no imaginário das pessoas, é totalmente subjetivo: O lúdico é o modo de ser do homem no transcurso da vida, o mágico, o sagrado, o artístico, o científico, o filosófico, o jurídico são expressões da experiência lúdica constitutiva da vida. O lúdico significa a experiência de 'ir e voltar', 'entrar e sair', 'expandir e contrair', 'contratar e romper contratos', o lúdico significa a construção criativa da vida enquanto ela é vivida. O lúdico é um fazer o caminho enquanto se caminha, nem se espera que ele esteja pronto, nem se considera que ele ficou pronto, este caminho criativo foi feito e está sendo feito com a vida no seu 'ir e vir', no seu avançar e recuar. Mais: não há como pisar as pegadas feitas, pois que cada caminhante faz e fará novas pegadas. O lúdico é a vida se construindo no seu movimento. (LUCKESI, 1994 P.5).

Por ser uma atividade que envolve o aluno de forma prazerosa, a ludicidade é capaz de tornar uma simples brincadeira em algo excitante, pois tem a capacidade de absorver o aluno de forma emocional e motivacional, em virtude da energia que é transmitida durante o ato de brincar. Porém, é necessário que o professor esteja atento para que possa atender as especificidades de cada criança e, portanto:

Se faz necessário respeitar o tempo da criança ser criança, sua maneira absolutamente original de ser e estar no mundo, de vivê-lo, de conhecê-lo, tudo simultaneamente. É preciso quebrar alguns paradigmas que foram sendo criados. Brinquedo não é só um presente, um agrado que se faz a criança: é investimento em crianças sadias do ponto de vista psicossocial. Ele é a estrada que a criança percorre para chegar ao coração das coisas, para desvelar os segredos que lhe esconde um olhar surpreso ou acolhedor, para desfazer temores,

explorando o desconhecido. (DALLABONA E MENDES, 2004, p. 109).

Como vimos, o lúdico pode ser um dos principais auxílios do professor em sala de aula, mas, existem alguns pontos e contrapontos que devem ser observados para que este processo se torne significativo na hora de ensinar e aprender, em se tratando de inclusão, este pode ser uma das melhores formas de como se trabalhar com o aluno especial, considerando que os benefícios trazidos a estes alunos são enormes, trazendo assim um grande avanço em diversas questões como na capacidade de adaptação, na afetividade e nas mais variadas formas de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando meus olhos estão sujos da
civilização,
cresce por dentro deles um desejo de árvores
e aves.
Tenho gozo de misturar nas minhas fantasias
o verdor primal das águas com as vozes
civilizadas.

Manoel de Barros,
2016.

Com a finalização deste artigo percebemos, pois que a educação brasileira vem passando por diversas transformações ao longo dos anos, e que as escolas procuram adaptar-se às novas Diretrizes e Base Nacionais, visando uma educação com direito e interesses iguais, porém esta não é uma questão simples, isto porque o poder público apresenta uma educação de “interesses” onde o que se está descrito na legislação, ainda, choca-se com a realidade apresentada nas escolas.

De certo modo, as políticas públicas acerca da Educação Inclusiva e do atendimento especial, apesar de apresentar um aumento significativo, relacionados ao número de alunos com NEE matriculados nas escolas nos últimos anos, esta, por sua vez, pouco favorece de forma significativa a operacionalização de um processo de inclusão dos alunos com NEE, com qualidade para todos, a exemplo disso, as políticas locais mostram uma realidade, em que às escolas e os professores se sentem despreparados e permanecem cercados de dúvidas e conflitos.

Vemos, pois que ainda há muito que se fazer para que o cidadão possa atingir uma educação igualitária e que é preciso ir além do que se está escrito em lei e que a busca constante por novos métodos, teorias e técnicas de ensino pode ser chave mestra para eliminar muitos dos problemas relacionados ao sistema de ensino inclusivo e que a “*escola para todos*” pode ser uma realidade, basta que toda sociedade esteja apta às mudanças, pois como dizem as campanhas de inclusão juntos podemos fazer a diferença e que “*Somos todos iguais na diferença*” e “*Nenhum de nós é tão bom quanto todos nos juntos*” (Autores desconhecidos).

REFERÊNCIAS

- ALVES, D. O. /SRM : **espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.
- ANDRADE, C.D. de. 2016, Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/poemas> > acesso em 23 de maio de 2016.
- BARROS, M. de. 2016, Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/poemas> > acesso em 23 de maio de 2016.
- BRASIL. MEC. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Brasília, MEC, 1990.
- CÂMARA. M. das D da S. T. da. **Dorinha Timóteo em Poesia**, 2016, Disponível em: <HTTP://dorinhapoesia.blogspot.com.br>> acesso em 22 de maio de 2016.
- CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- DALLABONA, S.R, MENDES, S.M.S. **O Lúdico na Educação Infantil**: Jogar, Brincar, uma forma de Educar. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG, v.1, n. 4, mar./2004.
- CURY, C. R. J. 1998. **LDB e perspectivas da educação nacional**. Revista Brasileira de Educação, ANPEd, nº8, maio/ago, pp.72 -85.
- FROEBEL, F. **The education of man**. Trad. Hailmann, W.N. Nova York: D. Appleton, 1912c, 1887.
- MANTOAM, M. T. E. 2003. **Inclusão: o que é? Porquê? Como fazer?** São Paulo: Moderna.
- _____. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.
- _____. 1997. **Contribuições da pesquisa desenvolvimento de aplicações para o ensino inclusivo de deficientes mentais**. In: Mantoan, M. T. E. (org). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, pp. 113 – 118.
- MIRANDA, T. G. ALVES, T. G. F. (Organizadores) **O professor e a educação inclusiva- Formação práticas e lugares-** EDUFBA, Salvador, 2012.
- NUNES, D. R. P, P. BRAUN, V.L. V. S - **Educação inclusiva-** Natal RN, EDUFRN, 2013.
- PIAGET, J. **Estudos sociológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- VYGOTSKY, L. S. **O papel do brinquedo no desenvolvimento: A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes 1991

ANEXOS

IMAGENS DA INSTITUIÇÃO



Imagens 01 : Salas de aula EMLG
Foto VIEIRA, 2016



Imagem 02: Salas de aula EMLGO.
Foto: VIEIRA, 2016



Imagem 03: Salas dos professores EMLGO.
Foto: VIEIRA, 2016

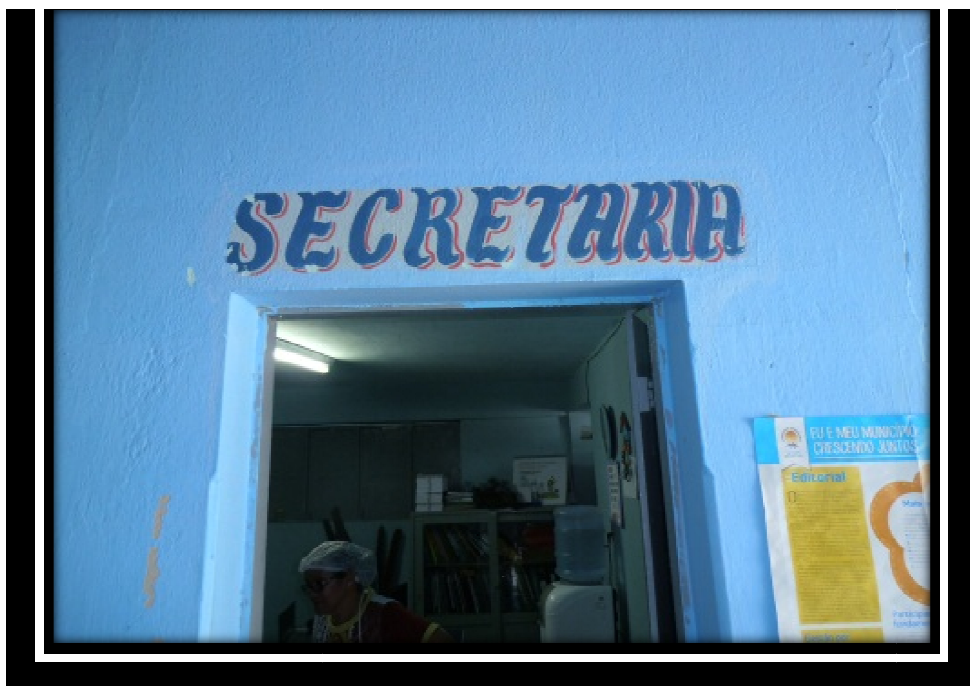


Imagem 04: Secretaria EMLGO.
Foto: VIEIRA, 20



Imagem 05 :Cozinha EMLGO.
Foto: VIEIRA, 2016



Imagem 06: Banheiro EMLGO.
Foto: VIEIRA, 2016



Imagem 07: Entrada da EMLGO.
Foto: VIEIRA, 2016



Imagem 08 Portão de acesso da EMLGO.
Foto: VIEIRA, 2016



Imagens 09: Materiais direcionados a Educação Inclusiva, enviados para a EMGO.
Foto VIEIRA, 2016.

MODELO TEMA DE AUTORIZAÇÃO ENTREGUE NA ESCOLA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Autorização do uso do nome da escola

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Eu, _____

RG _____ CPF _____

Diretora da Escola Municipal _____ autorizo o uso do espaço físico da escola no estudo da pesquisadora _____, graduanda do Curso de Pedagogia, como laboratório de pesquisa. Afirmando ter sido devidamente informada e esclarecida, pela pesquisadora, sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, assim também, como autorizo o uso do nome da escola na publicação do Artigo Científico.

Eu, _____

RG _____ CPF _____

Vice-diretora da Escola _____ autorizo o uso do espaço físico da escola no estudo da pesquisadora _____, graduanda do Curso de Pedagogia, como laboratório de pesquisa. Afirmando ter sido devidamente informada e esclarecida, pela pesquisadora, sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, assim também, como autorizo o uso do nome da escola na publicação do Artigo Científico.

MODELO ENTREVISTA ENTREGUE PARA MÃE DE ALUNA ESPECIAL

Sua colaboração é muito especial para que, juntos, possamos atingir um ensino com qualidade para todos.

Perguntas:

- 1- Como é realizado o trabalho de inclusão?
- 2- Além do trabalho de inclusão a escola realiza algum tipo de atendimento especial?
- 3- Você como pai se sente seguro ao deixar seu filho na escola?
- 4- Seu filho gosta de participar das aulas?
- 5- Em sua opinião em que o sistema de ensino precisa melhorar para que este se torne inclusivo de fato?